

Quem é Donald Trump afinal?

ARTIGOS
DISCUTEM
OS ELOS DO
PRESIDENTE
DOS EUA COM
OUTRAS NAÇÕES
E COM O POVO
AMERICANO

MAURÍCIO MACRI, DONALD TRUMP E AS RESTRIÇÕES À MIGRAÇÃO

LÍVIA PERES MILANI

No dia 30 de janeiro de 2017, o presidente da Argentina, Mauricio Macri, assinou um Decreto de Necessidade e Urgência (DNU), que visava endurecer as regras de migração. A decisão executiva visa facilitar processos de deportação em caso de investigações criminais e de ingresso irregular no país. Determina também o endurecimento do controle de antecedentes criminais antes da permissão de entrada. O governo argentino justifica a medida como parte do combate ao narcotráfico e relaciona o aumento da criminalidade com o fluxo de migrantes da Bolívia, do Peru e do Paraguai.

De acordo com o decreto da presidência argentina, mais de vinte por cento da população carcerária nas prisões federais é de migrantes. Por outro lado, organizações não-governamentais, como a Anistia Internacional Argentina e o Centro de Estudos Legais e Sociais (CELS), argumentam que o governo omite a significativa baixa dos índices ao se considerar o sistema carcerário como um todo, no qual há apenas 6% de migrantes. De acordo com essas organizações, apesar da relação feita pelo governo, menos de 0,1% da população de migrantes foi condenada por envolvimento com o narcotráfico.

O caso atraiu atenção pela proximidade temporal com o decreto de Donald Trump assinado em 27 de janeiro. A ordem executiva de Trump impedia por noventa dias a entrada



© Depositphotos

de nacionais de sete países majoritariamente muçulmanos nos Estados Unidos: Irã, Iraque, Síria, Yemen, Sudão, Líbia e Somália. A medida ainda limitava significativamente a admissão de refugiados e gerou acusações de discriminação religiosa. A controversa decisão tinha por objetivo, de acordo com o governo Trump, o combate ao terrorismo e o presidente invocou os atentados de 11 de setembro de 2001 para justificá-la. Entretanto, de acordo com o Cato Institute, no período de 1975 a 2015, não existem registros de ataques terroristas com fatalidades realizados por nacionais dos sete países que foram objeto da medida.

NO CASO DOS EUA, É FEITA UMA RELAÇÃO ENTRE MIGRAÇÃO E TERRORISMO E, NA ARGENTINA, ENTRE MIGRAÇÃO E CRIME

Fazer paralelos entre os decretos dos EUA e da Argentina demanda cautela pois as diferenças são significativas. A decisão de Trump é mais radical e foi tomada de forma unilateral pelo presidente, gerando conflitos entre o Executivo e o Judiciário, que se movimentou para barrá-la. No caso argentino, apesar da decisão ter partido de medida executiva, houve concertação com líderes de oposição no Senado e não há suspensão da entrada de nacionais de qualquer país. Apesar da coincidência temporal, é pouco provável que haja uma relação entre a ordem de Macri e a eleição nos EUA. O endurecimento do combate ao narcotráfico, que serviu de base para o decreto, foi uma das principais promessas de campanha de Macri.

Há semelhança entre os dois processos, todavia, em um ponto específico: as duas medidas buscam relacionar migração e questões de segurança interna, criando um “inimigo público” relacionado com a figura do estrangeiro. No caso dos EUA, é feita uma relação entre migração e terrorismo e, na Argentina, entre migração e crime. Ao fazê-lo, os governos estigmatizam grupos marginalizados e intensificam um processo de criminalização

das migrações. Assim, contribuem para intensificar o preconceito, a discriminação a grupos específicos e vão na contra-mão da tradição de ambos os países, notórios por seu passado de abertura a migrantes.

O QUE A COLETIVA DE IMPRENSA DE TRUMP E NETANYAHU REALMENTE SIGNIFICOU?

KARINA STANGE CALANDRIN

No dia 15 de fevereiro, o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, esteve nos Estados Unidos para a primeira visita oficial ao novo presidente estadunidense, Donald Trump. A coletiva de imprensa conjunta deixou um sentimento de confusão, que foi reforçado pelas contraditórias conclusões de vários meios de comunicação. Algumas manchetes declararam que Trump acabara de romper com “décadas de política dos EUA” por supostamente “abandonar a solução de dois Estados”. Outros focaram em quão fortemente Trump enfatizou seu desejo de ver um acordo de paz no Oriente Médio, ao ponto de dizer diretamente a Netanyahu que Israel terá que fazer compromissos e mostrar flexibilidade e pedir isso ao primeiro-ministro israelense.

O presidente americano não mencionou a solução de dois Estados em suas declarações. Em vez disso, falou apenas em termos gerais sobre um acordo de paz que exigirá “flexibilidade” e “compromissos” de ambos os lados.

Quando questionado especificamente sobre a solução de dois Estados, Trump disse que não descarta qualquer opção, um Estado, dois Estados ou qualquer outra coisa, desde que seja aceito por ambas as partes, Israel e os palestinos. Esta resposta estava de acordo com o que diferentes funcionários da administração disseram recentemente, que Trump quer um acordo de paz, e deixaria os dois lados determinarem seus “termos”.

Trump também afirmou a Netanyahu que Israel teria que “se segurar um pouco” sobre os assentamentos, o que implica que ele percebe



© Agência Brasil/ Menahem Kahana/Pool/EPA/Agência Lusa

que há uma dimensão territorial para o conflito entre Israel e Palestina. Seu tom e palavras sobre os assentamentos não foram tão duros quanto os de seu antecessor, Barack Obama, mas ele também deixou claro que aqueles em Israel que poderiam ter esperado carta branca de Trump no estabelecimento de assentamentos, provavelmente serão decepcionados.

Em Israel, alguns políticos de direita abertamente celebraram as palavras de Trump, e interpretaram como um atestado de morte oficial da resolução de dois Estados. Outros, no entanto, viram a frase como simplesmente uma afirmação de que os termos do acordo de paz terão de ser negociados por ambas as partes e os Estados Unidos não irão impor condições sobre as partes. Deve-se notar que o primeiro presidente estadunidense a endossar formalmente uma resolução de dois Estados foi George W. Bush, que o fez somente no ano de 2001.

Trump não se opõe, necessariamente, a uma resolução de dois Estados. O ponto importante do seu ponto de vista é um acordo que ambos os lados possam aceitar. Até agora, depois de

décadas de negociações, nenhuma outra fórmula foi aceita pelos palestinos.

Trump mencionou uma série de ideias na coletiva de imprensa. Em primeiro lugar, ele afirmou o óbvio, que ambos os lados terão que fazer concessões e mostrar flexibilidade. Em relação a Israel, mencionou a suspensão da construção dos assentamentos. Com relação aos palestinos, sua linguagem foi mais forte, enfatizou que precisam parar de incitar Israel, inclusive em suas escolas. Trump falou sobre “parar o ódio” contra israelenses e judeus. Além disso, afirmou que queria conseguir um acordo de paz regional com o envolvimento de outros países árabes.

Uma declaração importante de Donald Trump, que não recebeu muita atenção da mídia, foi que acreditava que um acordo regional permitiria que Israel “mostrasse mais flexibilidade” do que mostrou no passado. Esta citação realmente se encaixa com tentativas de administrações anteriores dos EUA, de Clinton a Obama, para envolver o mundo árabe em negociações de paz, de modo que Israel receba maiores benefícios diplomáticos, econômicos

Trump conversa com o primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu.



Karina Stange Calandrin é doutoranda em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (Unesp – Unicamp – PUC-SP) na área de concentração Paz, Defesa, Segurança Internacional.



Livia Peres Milani é mestre e doutoranda em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais “San Tiago Dantas” (Unesp, Unicamp, PUC-SP) e graduada em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista – Unesp. Participa do Grupo de Estudos em Defesa e Segurança Internacional (GEDES/Unesp).

e de segurança por quaisquer compromissos territoriais que ele fizer. Trump não é o primeiro presidente dos EUA a adotar essa linha de pensamento, mas ainda pode ser o primeiro a fazê-lo realmente funcionar.

Ao contrário de Trump, Netanyahu foi mais claro em suas declarações e deu um grande passo para a rejeição da resolução de dois Estados. Netanyahu afirmou que, em sua visão de um acordo de paz, Israel terá que manter o controle sobre toda a terra a oeste do rio Jordão. O que isto significa, de fato, é que o futuro Estado palestino permanecerá sob controle israelense.

No passado, Netanyahu insistiu publicamente em duas condições para a paz: o reconhecimento palestino de Israel como um estado judeu e que o Estado palestino será desmilitarizado, não podendo atacar Israel militarmente. O primeiro-ministro também



O presidente Donald J. Trump assina o memorando presidencial da segurança nacional sobre o fortalecimento da política dos Estados Unidos para Cuba, em 16 de junho de 2017.

© Foto oficial da Casa Branca por Shealah Craighead

PROVAVELMENTE NENHUM LÍDER PALESTINO CONCORDARÁ COM UM ESTADO PALESTINO SOB CONTROLE MILITAR ISRAELENSE.

exigiu nas últimas negociações que Israel possa manter uma presença militar no Vale do Jordão, a área que separa os principais centros populacionais palestinos na Cisjordânia da Jordânia.

Netanyahu também ressaltou que ele e o presidente palestino, Mahmoud Abbas, não concordaram com uma resolução de dois Estados. De fato, provavelmente nenhum líder palestino concordará com um Estado palestino sob controle militar israelense. Este ponto de discordância foi uma das principais razões pelas quais a tentativa de John Kerry por um acordo de paz falhou em 2014. Resta ver como Trump vai lidar com isso.

O júbilo da direita israelense certamente serve às necessidades políticas de curto prazo de Netanyahu, e não há dúvida de que, mesmo a partir de uma perspectiva de centro-esquerda, as palavras de Trump eram música para os

ouvidos de Netanyahu quando comparadas com algumas das que o presidente Obama lhe havia dito nos últimos oito anos.

Se Israel tiver que escolher entre dois Estados ou um Estado, provavelmente ainda escolheria a primeira opção e não se tornaria um Estado binacional, onde quase metade da população está abaixo da linha de pobreza. Trump disse que estaria bem com tal realidade, mas Netanyahu provavelmente não. Isso deixa um fardo para ele oferecer outras ideias e tentar convencer Trump de que elas podem ser aceitas pelos palestinos e pelo mundo árabe.

CHEGOU A VEZ DE CUBA: A NOVA POLÍTICA DE TRUMP

ALFREDO JUAN GUEVARA MARTINEZ

Depois de 6 meses de mandato, Donald Trump volta brevemente sua atenção

para Cuba. Em uma ordem executiva planejada com congressistas como Marco Rubio e Mario Díaz-Balart – ambos de ascendência cubano-americana –, o presidente Trump foi à Flórida assinar uma ordem que seria o primeiro passo para voltar atrás na normalização promovida por Obama. Ou, pelo menos, foi vendida dessa forma.

O principal efeito da ordem executiva é proibir transações financeiras entre empresas dos Estados Unidos com empresas cubanas que sejam controladas pelos militares da ilha. Também foram limitadas as formas com que o turismo de cidadãos americanos pode ser feito para Cuba.

Mais importante que o efeito da ordem é sua simbologia. A assinatura foi feita em Miami, cidade onde vivem cubano-americanos de viés mais linha-dura contra o governo de Cuba. O evento foi o palco ideal para garan-

tir a continuidade do apoio a Trump prestado por esses grupos que foram contra a iniciativa de normalização promovida pela administração anterior.

Vale lembrar que, apesar de hoje representarem em menor escala os interesses da comunidade cubano-americana, historicamente, grupos organizados de anti-castristas dissidentes sempre trabalharam em função de pressionar os Estados Unidos para adotar uma política mais austera contra o governo da Revolução cubana. Em momentos anteriores da história do país, a participação desses grupos foi chave para a definição das estratégias de política externa dos Estados Unidos para Cuba, como na transformação do embargo econômico em Lei Federal.

Embora menos proeminentes em sua capacidade de influência política, esses segmentos da comunidade cubano-americana apoiaram Trump em sua campanha presidencial em troca da garantia de um retrocesso no processo de normalização promovido por Obama.

Em termos de holofotes, a assinatura do novo ato foi uma oportunidade para “cumprir” com essas promessas, mas, na prática, considerando o tamanho da flexibilização promovida por Obama, ela ainda não está perto de ser revertida. As embaixadas, que estavam fechadas desde a década de 1960, foram reabertas em 2015 como o primeiro e mais importante passo da administração Obama para a normalização, e a nova estratégia de Trump, por enquanto, mantém essa decisão. Ao mesmo tempo, o clima interno de Cuba enfraquece a utilização de uma retórica mais dura contra a ilha, visto que o governo está se preparando para que em 2018 Raúl Castro deixe o poder e eleições sejam convocadas.

Apesar de revestida de um discurso duro tradicional para Cuba, a estratégia de política exterior de Trump ainda não é uma reversão completa da normalização promovida por Obama. O resultado disso é que, por ora, as relações de política exterior entre os dois países não apresentam grandes mudanças, exceto a retomada de um tom mais austero.



Alfredo Juan Guevara Martinez é mestre em Relações Internacionais pela PUC-MG, doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp e PUC-SP) e pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Estudos sobre Estados Unidos (INCT-INEU) e do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais da Unesp (IEEI-Unesp). Atualmente é Visiting Scholar na University of South Florida, trabalhando no Institute for the Study of Latin America and the Caribbean (ISLAC).

1984 VS. DONALD TRUMP

JOÃO PAULO VANI

O celebrado romance distópico *1984*, do autor britânico George Orwell, pseudônimo de Eric Arthur Blair, foi concluído no ano de 1948 e publicado em 1949. A obra retrata o cotidiano da sociedade que vive, no ano de 1984, sob um regime político totalitário e repressivo. No livro, Orwell mostra como um regime oligárquico coletivista é capaz de reprimir qualquer um que a ele se opuser.

O romance de Orwell se tornou famoso por retratar a constante e irrestrita fiscalização e controle exercidos pelo governo sobre a vida dos cidadãos, o que acaba por gerar forte impacto nos direitos do indivíduo. Com a repercussão da obra, muitos de seus termos e conceitos, como “Big Brother”, “duplipensar” e “Novilíngua” foram incorporados à língua corrente.

AO QUE PARECE, EXISTE NESTE MOMENTO UM MOVIMENTO DE MUDANÇA MAIS À DIREITA NO ESPECTRO POLÍTICO MUNDIAL

Próximo ao seu aniversário de 70 anos, a obra de Orwell se viu novamente em destaque, quase como que “redescoberta” pelos leitores e, desde a posse do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, se tornou um best-seller. De acordo com a edição do dia 25 de janeiro, apenas cinco dias após a posse do novo presidente americano, *1984* havia registrado um aumento de 9.500% nas vendas. Mas, o que pode ter ocasionado essa corrida às livrarias?

Em primeiro lugar, é importante destacar que *1984*, último romance de Orwell, é uma ficção distópica, e a distopia é o avesso da utopia, ou seja, não retrata aquilo que desejamos, o positivo, e sim o que tememos, o negativo. Pode-se atribuir o aumento nas vendas da obra ao ambiente de medo que se cria diante das incertezas que a gestão Trump traz ao mundo, dentre as quais, a possibilidade de privação dos direitos individuais, consequência dos regimes



1984, George Orwell, Companhia das Letras, 416 páginas.

totalitários. E, devemos ressaltar, esse medo vem sendo provocado pelo próprio Trump.

O livro de George Orwell é o resultado da vivência de um escritor inserido em um contexto de enormes mudanças, ocorridas entre o final do século 19 e primeira metade do século 20. Naquele período, o Império Britânico via seu poderio econômico se abalar, sobretudo após a Primeira Guerra Mundial, ao mesmo tempo em que os Estados Unidos surgiam como nova promessa de império. O mundo mudava rapidamente. Surgiram as teorias de Darwin, Marx, Freud, Einstein. Diante de tantas mudanças, Orwell passa a acreditar que a tecnologia poderá se tornar uma ferramenta de controle e repressão. Por essa perspectiva, a sociedade se torna fragilizada. A repressão política e social são práticas comuns em quaisquer regimes totalitários, de esquerda ou de direita. A sociedade pode ter

acesso a isso na segunda metade do século 20, diante das narrativas vindas das extintas União Soviética e Alemanha Oriental, de Cuba e da Coreia do Norte. E, neste momento, com sua gestão prestes a completar 100 dias, e muitas polêmicas e mudanças em questões que tocam no protecionismo da nação, acredito que seja esse o grande questionamento em torno do governo Trump: a eventual adoção de uma postura totalitária.

Ao que parece, existe neste momento um movimento de mudança mais à direita no espectro político mundial, seja com a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos ou com a saída do Reino Unido da União Europeia; seja com a ascensão de líderes políticos de direita em toda a Europa: Áustria, Dinamarca, Holanda, Suécia e França, com Marine Le Pen consolidada como uma das candidatas favoritas para as eleições que acontecem no próximo

dia 23 de abril, e para entender melhor essas mudanças, as pessoas estão buscando a arte.

A literatura é uma expressão artística e, como tal, acaba por retratar criticamente o contexto no qual o escritor está inserido. As relações encontradas nas obras literárias, que envolvem política, direito, economia, são fundamentais para que o indivíduo possa compreender o presente e o passado, bem como possa se preparar para o futuro, o que parece, exatamente, estar acontecendo.

A literatura tem ainda a capacidade de auxiliar o indivíduo na compreensão da história ou no aprofundamento de fatos cotidianos que são convertidos em fatos históricos. O distanciamento de alguns anos de episódios como as Guerras Mundiais, as bombas de Hiroshima e Nagasaki, o 11 de setembro, dentre tantos outros, permite aos escritores produzir narrativas capazes de levar o indivíduo à reflexão e



João Paulo Vani é presidente da Academia Brasileira de Escritores, mestre em Teoria Literária e doutorando em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Unesp de São José do Rio Preto. Contato: <jpvani@editorahn.com.br>

maior compreensão de tais fatos. Além disso, quando uma obra literária passa a ser associada a um fato recente, como estão *1984* e a gestão Trump, sem dúvida gera curiosidade, e o mercado editorial fica aquecido: o interesse por uma obra literária específica pode levar o leitor, agora estimulado, a buscar novas leituras.

HESITAÇÕES DA ÍNDIA DIANTE DE TRUMP

JOÃO PAULO NICOLINI GABRIEL E
CARLOS EDUARDO CARVALHO

Desde a campanha eleitoral, Trump coloca a Índia como prioridade de política externa. Logo após a posse, em conversa telefônica com o primeiro-ministro Narendra Modi, o presidente apontou a Índia como “verdadeira amiga” dos EUA e acentuou a disposição de trabalhar em conjunto no combate ao terrorismo. Porém, cresce entre os indianos a percepção de que a nova liderança de Washington trata seu país como amigo, mas não pensa o mesmo de seus cidadãos.

No início de fevereiro, o governo norte-americano pediu ao Conselho de Segurança da ONU (CSNU) que Masood Azhar, líder da organização fundamentalista islâmica Jaish-e-Mohammed (JeM), fosse listado como terrorista global. O paquistanês é acusado de organizar atentados na Índia, caso do ataque ao Parlamento em 2001, e à área militar de Nagrota, em 2016. O pedido dos EUA foi bloqueado pela China, interessada em manter a simpatia de Islamabad, importante parceiro na região e peça fundamental em projetos como a Rota da Seda. Nova Délhi comemorou a iniciativa dos EUA em questão sensível e delicada, inclusive pelos dividendos em termos de apoio doméstico ao governo Modi.

Todavia, no dia 22 do mesmo mês, dois indianos residentes nos EUA, trabalhadores da Garmin, importante produtora de aparelhos de GPS, foram hostilizados por um americano com ofensas xenofóbicas e baleados em um bar de Olathe, no Kansas. O engenheiro Srinivas Kuchibhotla morreu e o assassino,

Adam Purinton, foi preso horas depois. Trump não se manifestou prontamente e sua única censura à violência no dia foi sobre índice de homicídios de Chicago. Somente dias depois, no discurso sobre o Estado da União, fez uma referência ao caso, em meio a uma condenação a crimes de ódio.

Os dois acontecimentos acentuaram a percepção ambígua dos indianos sobre o governo Trump. É evidente que Washington aposta na posição geográfica e nos interesses da Índia para combater o fundamentalismo islâmico na Ásia Central e compor um dos pilares para enfrentar o peso crescente da China. Contudo, cresce o temor de que o novo governo reduza importantes programas de emissão de vistos para indianos interessados em trabalhar nos EUA, com o objetivo de pressionar as empresas locais a contratar cidadãos americanos.

As tensões entre os dois processos colocam dificuldades consideráveis para o governo Modi. Era forte a expectativa de que o governo Trump abriria possibilidades atraentes para ampliar a parceria estratégica com os EUA, com ênfase em relações bilaterais, combate ao terrorismo e à proliferação nuclear e iniciativas para contrabalançar o poder crescente da China. Contudo, cresceram as preocupações com os efeitos do nacionalismo exacerbado que Trump promoveu durante a campanha presidencial e agora procura inserir nas políticas migratórias e comerciais. O governo indiano receia a criação de fortes empecilhos para cidadãos e empresas indianas na intensa expansão da interdependência entre os setores de serviços e de informática dos dois países, que gera fluxos de capitais muito expressivos e grandes possibilidades de desenvolvimento tecnológico para a Índia.

Desde o final da Guerra Fria, Índia e Estados Unidos foram se aproximando e as relações se intensificaram nos últimos anos. Além de interesses diplomáticos que convergiram diante dos novos desafios e interações do início do século XXI (segurança, política energética, controle da proliferação nuclear), houve uma aproximação muito forte entre empresários dos dois países.



© Joshua Roberts/MEA/FotosPublicas

Primeiro-ministro indiano Modi com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, na Casa Branca, em Washington.

Há mais de dois milhões de indianos nos EUA, com renda e escolaridade média acima da média nacional. Embora tenha crescido o número de indianos ilegais nos EUA em busca de oportunidades, é considerável o número de indianos que se instalam nos Estados Unidos para cursos de pós-graduação ou para trabalhar como técnicos ou engenheiros em empresas de alta tecnologia. Possíveis medidas de restrição à emissão dos vistos H1-B e L1, concedidos a trabalhadores especializados contratados por empresas americanas ou transferidos para os EUA, dificultariam a aproximação de empresas indianas com centros de excelência científica nos EUA, além dos riscos de redução das remessas dos emigrantes para suas famílias, valor que superou dez bilhões de dólares em 2015. Não se sabe como Narendra Modi lidará com as ambiguidades de Trump. O novo governo é visto na Índia como parceiro mais decidido

no combate ao fundamentalismo islâmico, em especial ao alegado apoio do Paquistão a organizações terroristas, bem como para enfrentar o temido expansionismo da China. Porém, cresce o receio de que a orientação

HÁ MAIS DE DOIS MILHÕES DE INDIANOS NOS EUA, COM RENDA E ESCOLARIDADE MÉDIA ACIMA DA MÉDIA NACIONAL

antiglobalização da Casa Branca atrapalhe a política de Modi e de seu partido, o BJP, de atrair investimentos e incentivar o grande contingente de jovens a se especializar em informática e serviços.

Para Modi, aprofundar as relações diplomáticas com os EUA é primordial para os interesses indianos. Além de principais defensores



João Paulo Nicolini Gabriel é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (PUC-SP, Unesp e Unicamp).



Carlos Eduardo Carvalho é professor da PUC-SP, Departamento de Economia e Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas.



da legitimidade do programa nuclear da Índia, os americanos cooperam com Nova Délhi em várias dimensões (ajuda humanitária, questões ambientais, coprodução de armamentos). Porém, Modi terá que persuadir Trump a não adotar medidas impopulares entre os indianos, que constroem as ações de seu governo para ampliar as relações bilaterais. O triunfo eleitoral do BJP em 2014 reforçou a aproximação com Washington, construída lentamente depois do longo distanciamento da Guerra Fria, quando a identidade da Índia independente se mesclava com o não alinhamento e o terceiro-mundismo.

O governo de Manmohan Singh, antecessor de Modi, não conseguiu conciliar esse movimento com as pressões internas. Pesou muito a detenção da diplomata Devyani Khobragade em Nova York, em 2013, acusada de manter uma empregada doméstica em condições análogas a escravidão. Modi terá que sobrepujar os efeitos internos de questões dessa natureza, inclusive para chegar com força nas eleições gerais de 2019, fundamentais para a continuidade de seu projeto político.

A LEALDADE DE TRUMP À DIREITA ALTERNATIVA

ARIEL FINGUERUT

“Não são os fatos que perturbam o homem, mas o modo como ele as interpreta.”

Epíteto

Você sabe quem são David Duke? Richard Spencer? E Jared Taylor? Estes são alguns dos nomes que inventaram ou se reinventaram como “direita alternativa” (“alt right”, em inglês). Sem ela, Donald Trump dificilmente chegaria onde chegou. Os conservadores ou o establishment republicano, desde o princípio (e até hoje) manteve-se com pelo menos um pé atrás de tudo que diz respeito a Trump. Embora sem dúvida, muitos conservadores receberam Trump em Washington D.C. com um sorriso no rosto e históricas reivindicações na ponta da língua e em numerosos dossiês e estudos.

E alguns otimistas não hesitam em comparar Trump com Reagan, alegando que o primeiro, tal como o segundo, por justamente não ser um político tradicional, estaria mais disposto a ouvir e implementar uma agenda política de fato conservadora na teoria e na prática. Mesmo os neoconservadores demonstram uma tentativa de trabalhar com Trump, uma vez que este adota uma retórica mais agressiva e se mostra mais disposto a usar o poder militar americano na defesa e manutenção da ordem internacional.

Contudo, não precisamos pensar em alegorias shakespearianas, como no seu personagem Hamlet, para questionar se não há algo de podre no reino de Trump. Como bem sintetiza um dos professores do conservadorismo moderno dos EUA, Harvey C. Mansfield, Trump não é um “gentleman”. Isso quer dizer que, apesar de demonstrar em vários momentos imensa ansiedade e necessidade de ser aceito e de se destacar, Trump age com uma imprevisibilidade que apenas faz aumentar a lista das gafes e incidentes políticos. Basta lembrar do “chega mais para lá” de Trump no primeiro ministro de Montenegro, para aparentemente ficar na frente para uma foto ou mesmo a recusa em cumprimentar Ângela Merkel em visita oficial aos EUA. Sua falta de boas maneiras, de protocolo diplomático ou mesmo a sensação que Trump ora pode elogiar e se aproximar de alguém para semanas depois se afastar e ofendê-lo o faz um presidente que facilmente se encaixa na definição de “populista”, “autocrata” ou no limite o afasta de uma definição clássica de “conservador” ou “republicano”. Autores como Dannel Malloy tentam fazer um contraponto, alegando que Trump seria apenas honesto demais e sincero como pessoa, o que poderia ajudar ou prejudicar a diplomacia americana.

Todavia, ouvindo as declarações de Trump sobre o que aconteceu em Charlottesville declarando ora que “há culpa dos dois lados” ou que o “racismo é mau” ele pode estar sendo “honesto”, mas definitivamente está prejudicando os EUA e perdeu a oportunidade moral



Ariel Finguerut, doutor em Ciência Política pela Unicamp, é pesquisador do IEEI-Unesp.



© Depoziphotos

de dizer com todas as letras e em alto e bom som que os EUA não toleram a intolerância.

Tal postura apenas reafirma que Trump guarda no armário não um, mas vários “dr. Jekyll”. Um deles pode ser sua simpatia por autocracias e autocratas como Vladimir Putin. Mais do que isso, Trump muitas vezes flerta com uma diplomacia autoritária que tenta dialogar com Filipinas, Turquia ou o emblemático caso russo. Outro monstro no armário é sua misoginia, atacando e ofendendo mulheres sejam jornalistas, presidentes, chanceleres de todas as culturas e em todos os lugares. Os eventos em Charlottesville em 11 e 12 de agosto de 2017, revelam um destes monstros que Trump tenta guardar no armário, mas não consegue manter sob pleno controle.

Trata-se de sua relação com a extrema-direita em geral e com a chamada direita alternativa em especial. Pelo fato de Trump ser um estra-

nho entre conservadores e ter uma retórica que muitas vezes é incendiária nos leva a pensar no trânsito entre as suas ideias e ativistas “alt right” vistos em Charlottesville. Steve Bannon é um dos assessores mais importantes e influentes e tem laços comprometedores com a direita alternativa. Durante sua pré-candidatura a Ku Klux Klan (KKK) declarou oficialmente apoio a Trump. Ele demonstrou um repúdio honesto e veemente? Não! Ele desconversou, minimizou e, no limite, disse desconhecer o que era a KKK. Na ocasião, muitos lembraram por exemplo que o pai de Trump, Fred, teve que se explicar à polícia por suposto envolvimento com a KKK em 1927.

Trump dificilmente conseguiria tirar votos de Hillary Clinton como tirou sem a máquina difamatória, cheia de trolls, memes, “fake News” e teorias conspiratórias que transformou “vozes marginais” em celebridades virtuais com

milhões de leitores e seguidores. É o caso da Breitbart News por onde passou Bannon. Assim como também é caso dos blogs da direita alternativa, termo que ganhou o sentido contemporâneo graças a ativistas como Richard Spencer, Jared Taylor, Milos Yiannopoulos e Alex Jones. Há sem dúvida grandes diferenças entre eles, mas em comum todos ganharam visibilidade, influência e capacidade de mobilização política graças e surfando na ideia de “Make America Great Again” e no esforço de eleger Trump (e derrotar Hillary Clinton). No mais, Spencer e Taylor estavam em Charlottesville gritando palavras de ordem racistas e fazendo saudações nazistas.

Da mesma forma que Trump até hoje é ambíguo em relação a sua relação com a Rússia e não consegue esconder sua simpatia a Putin, ele também tem sido ambíguo com a direita alternativa. Esta ambiguidade apenas

ficou explícita na sua reação à morte de uma mulher, 19 feridos e 2 policiais estaduais. De imediato, Trump condenou a violência de “ambos os lados” enfatizando que “ambos” os lados supostamente seriam violentos e não nomeou os “lados”. Foi preciso 48 h, declarações de condenação fortes de vários lados e de vários atores políticos dos EUA e internacionais para Trump de forma “protocolar”, ler uma declaração que talvez não tenha sido escrita por ele, condenando o racismo e a violência dos grupos de ódio, citando supremacistas brancos, neonazistas e a KKK. Do outro lado da história, lideranças como David Duke, historicamente ligado à KKK, declarou que em Charlottesville estava a verdadeira base de Trump, aqueles que o apoiaram desde o início e que estão ansiosos para pôr em prática todas as promessas de Trump e assim “Make America Great Again”. Tal declaração de le-

MUITOS CONSERVADORES RECEBERAM TRUMP EM WASHINGTON D.C. COM UM SORRISO NO ROSTO E HISTÓRICAS REIVINDICAÇÕES

aldade e apoio certamente deixa Trump confuso. Especialmente se somarmos a isso que a base republicana e muitos conservadores estão atacando.

Tal como Trump criticou a própria ação de seu governo de punir a Rússia por influenciar (e o favorecer) nas eleições americanas, não foi surpresa que menos de 24 h depois Trump voltou à sua declaração original, enfatizando a “violência dos dois lados” e indo além, falando e condenando uma “esquerda alternativa” que hoje quer derrubar estátuas de heróis do Sul/Confederado para, amanhã, derrubar estátuas como as de Thomas Jefferson ou George Washington.

Trump, que já chegou a igualar a “democracia americana” à “democracia russa”, me parece que logo igualará a direita americana (e o conservadorismo americano) à direita alternativa. [UC](#)